



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

SEXUALIDADE, GÊNERO E PODER: A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO DE ESTUDOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

SÉRGIO LIMA DOS SANTOS

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

RESUMO

O artigo apresenta algumas reflexões acerca das configurações teórico-políticas que contribuíram para a consolidação de um campo de estudos e pesquisas voltado para compreensão das relações de gênero e sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais. A análise circunscreve-se em torno do resgate dos debates oriundos das teorizações feministas, assim como da crítica interposta pelos *estudos queer* no tocante à necessidade de superação das representações dicotômicas entre sexo e gênero que ainda determinam violentamente os processos de subjetivação na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; sexualidade; ciências humanas e sociais

ABSTRACT

The article presents some reflections about the theoretical and political configurations that contributed to the consolidation of a field of studies and research aimed at understanding of gender relations and sexuality in the humanities and social sciences. The analysis is limited to around the rescue of the debates arising from the feminist theories, as well as the critical filed by queer studies on the need to overcome the dichotomous representations of sex and gender still violently determine the subjectivity processes in contemporary times.

KEYWORDS: Gender; sexuality; humanities and social sciences

Introdução

A consolidação de um campo de pesquisa e estudos voltado para compreensão das relações de gênero e sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais é relativamente nova. Isso decorreu, principalmente, das mudanças socioculturais, econômicas e políticas surgidas a partir da década de 1960 do século XX. Na época, as mulheres, ambientalistas, antimilitaristas, negros, homossexuais, estudantes, entre outros, passaram a ocupar cada vez mais as ruas e praças, reivindicando reconhecimento social a partir de suas demandas específicas, o que exigiu, conseqüentemente, uma transformação paradigmática da teoria social, por meio da qual se abriram espaços nas explicações sociais, expandindo-se de um nível geral de formulações para as narrativas plurais, abrangendo necessariamente o imperativo de ter que articular discursos e práticas em torno do reconhecimento de “identidades e diferenças”.

A inauguração desse momento histórico colocou as Ciências Humanas e Sociais num campo empírico bastante distinto, que tanto levava em consideração as mutações históricas da classe trabalhadora ao longo do século XX, como a emergência de “novos atores e novas questões” orientadas por uma “contracultura micrológica”, que passou a “refletir um potencial que não diz somente respeito ao poder político como categoria central das ciências sociais, mas a uma contínua renovação de padrões socioculturais e sócio-psíquicos” (EVERS apud SOARES DO BEM, 2006, p. 1152).

Evidente que o conjunto dessa ampla gama de problematizações expressas na arena sociopolítica indica o resultado da construção dos novos mecanismos analíticos capazes de fazer jus à dinamicidade da vida social. Contudo, é importante ressaltar que a militância feminista, quando insurgiu contra as representações hegemônicas de gênero e articulou uma crítica teórica sobre a constituição do sujeito-universal moderno, ao mesmo tempo em que se constituiu como um

movimento social, tornou-se uma das principais referências, tanto para aqueles que se apropriam de suas práticas políticas como modelo para reivindicar a efetivação de uma sociedade que garanta de modo democrático os direitos humanos (BOZON, 2004), quanto para a constituição de teorias e métodos capazes de analisar esses mesmos fenômenos sociais.

Portanto, neste artigo, apresento algumas reflexões acerca das configurações teórico-políticas que contribuíram para a consolidação de um campo de estudos e pesquisas voltado para compreensão das relações de gênero e sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais. A análise circunscreve-se em torno do resgate dos debates oriundos das teorizações feministas, assim como da crítica interposta pelos *estudos queer* no tocante à necessidade de superação das representações dicotômicas entre sexo e gênero que ainda determinam violentamente os processos de subjetivação na contemporaneidade.

Sexualidade, gênero e poder: das teorizações feministas aos estudos queer

O movimento feminista no Ocidente surgiu em fins do século XIX, principalmente em países dos Estados Unidos e do Reino Unido. Algumas mulheres e filósofos, motivados pelo ideário iluminista – “*igualdade, liberdade e fraternidade*” –, começaram a problematizar os antagonismos existentes no tocante à “condição da mulher” em relação a então pretendida democratização proclamada no projeto de emancipação burguesa. O foco principal das reivindicações era a luta pela equidade dos direitos políticos, socioeconômicos e educacionais para as mulheres, bem como a liberdade na escolha da maternidade, do casamento, e, sobretudo, a garantia do sufrágio feminino.

A obra “*A sujeição das mulheres*” (1869), do filósofo inglês John Stuart Mill, foi uma importante contribuição para o movimento naquele momento, também denominado de *primeira onda do feminismo* (NOGUEIRA, 2001). O autor criticava as desigualdades sociais e sexuais da época, problematizando a ideia de uma “natureza feminina” utilizada enquanto justificativa para caracterizar a mulher como sendo menos capacitada que o homem, tanto do ponto de vista intelectual como físico. Defendia que essa era uma teoria infundada e arbitrária, pois estava pautada num princípio hierárquico de dominação – a “*lei do mais forte*” -, que tirava da mulher qualquer possibilidade de provar sua capacidade para o exercício dos papéis políticos, econômicos e socioculturais que continuaram lhes sendo negados mesmo com a constituição da sociedade burguesa.

Para Mill (2006), o voluntarismo dado como natural na sujeição da mulher em relação ao homem precisava, na realidade, ser compreendido enquanto um condicionamento cultural, um costume universal, repassado principalmente por meio da educação. Portanto defendia a urgente necessidade de uma mudança nesse tipo de relação, uma vez que, além de injustificável, servia apenas como obstáculo ao progresso da humanidade.

A escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft também foi uma grande influenciadora da *primeira onda* do feminismo. Inspirada pelas ideias do liberalismo francês e inglês, desenvolveu uma crítica a alguns estudiosos, como por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, em relação à forma como encarava o papel da mulher na sociedade. Para Rousseau, a mulher deveria receber uma educação que a condicionasse a ser uma pessoa frágil e delicada, física e intelectualmente, e cuja função na sociedade fosse apenas a de agradar e dar filhos ao homem. Era ainda favorável à existência de uma educação sexual e moral diferenciada para o menino e a menina (OLIVEIRA, 2000).

Conforme Oliveira (2000), Wollstonecraft vai de encontro a esse pensamento e em sua obra *A Vindication of The Rights of Woman - Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1790) -, defende que os sexos são iguais, sendo a mulher tão capaz quanto o homem para o exercício das atividades intelectuais e físicas, basta que ela seja motivada para isso.

Um dos pontos mais importantes na obra da autora é justamente a apologia ao direito da mulher à educação, fundamentada na capacidade “inata” de raciocinar, que constitui um imperativo moral do desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, a reforma social preconizada por Wollstonecraft baseia-se numa reestruturação radical da educação da mulher e da sua função na sociedade (OLIVEIRA, 2000, p.03).

Essas concepções foram muito importantes para o início do movimento feminista na luta pela conquista de direitos e cidadania da mulher, sendo o reconhecimento do sufrágio feminino o mais destacado, inclusive, a *primeira onda* do feminismo é conhecida como movimento sufragista feminino. Por outro lado, como os objetivos estavam mais focados na equiparação de direitos (MATOS, 2008), essas mobilizações eram coordenadas, em sua maioria, a partir dos interesses das mulheres brancas e de classe média alta, levando, conseqüentemente, à certa acomodação no avançar do movimento para outras questões, sobretudo no tocante a preocupação com debates e teorizações acerca do

conceito de gênero¹ (LOURO, 1997).

Já em 1949 foi publicada a obra *O Segundo Sexo*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir, na qual consta a célebre frase: “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Tal afirmativa é indicada como sendo a “primeira” possibilidade para se problematizar o termo gênero a partir de um modelo teórico-conceitual (SAFFIOTI, 1999). O principal objetivo de Beauvoir era desenvolver uma reflexão crítica concernente a “condição feminina” em relação às desigualdades econômicas, políticas e socioculturais experienciadas na estrutura societária patriarcal e legitimadas por uma lógica naturalizante da diferença sexual, rejeitando, deste modo, qualquer discurso convencional através do qual a noção de gênero enquanto constituinte da “identidade sócio-sexual humana” fosse compreendida apenas como reflexo da evolução de uma natureza biológica (BRYM *et al.*, 2008).

Beauvoir (1967) defendia que o “gênero”, neste caso, as representações e manifestações dos papéis e padrões de comportamentos sociais atribuídos ao homem e a mulher, refere-se a um processo de construção e aprendizado sociocultural², sendo as abordagens que se contrapõem a esta perspectiva, por estarem atreladas a determinismos científicos, biológicos e naturalizantes, vistas pela autora como grandes contributos à manutenção das desigualdades sociais, expressas num processo histórico de sujeição e dominação da mulher pelo homem.

As proposições defendidas por Beauvoir causaram grande impacto na época, constituindo-se no principal estopim para o início de um debate entre o movimento feminista e as teóricas das mais distintas áreas em torno da constituição do conceito de “gênero” por meio de “[...] um movimento teórico de desnaturalização da identidade feminina” (BENTO, 2006, p. 70). Entretanto, o uso do termo “gênero” enquanto categoria analítica só começou a se consolidar quando as lutas feministas da “segunda onda”, ressurgidas no final da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos e na França³ (DIAS, 2001), em conjunto com os movimentos sociais do pós-Segunda Guerra Mundial, tomaram como basilares as ideias de Beauvoir em suas contestações sociopolíticas.

As mobilizações feministas passaram a ter como objetivo basilar a intensificação da politização da intimidade e da sexualidade, radicalizando o discurso em torno da exigência em constar na agenda pública o debate a respeito da institucionalização dos direitos da mulher, mas, principalmente, a negativa de qualquer prática androcêntrica e sexista que sustentasse as assimetrias sexuais e de gênero. De acordo com Pedro (2005, p.79), a prioridade do movimento concentrava-se em torno das “[...] lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’”.

Assim sendo, motivadas pelas proposições de Beauvoir, bem como por um contexto empírico sociopolítico vigente no tocante à “problemática da mulher”, as teóricas feministas perceberam a necessidade da formulação emergencial de novas teorizações que possibilitassem a análise da distinção conceitual entre “sexo e gênero”, não desconsiderando o primeiro como algo de caráter biológico, mas buscando problematizar o segundo enquanto uma questão sociocultural, com o objetivo de constituir mecanismos que pudessem garantir direitos, mas também visibilidade para a mulher, tornando-a sujeito social e da própria ciência, ou seja, alterando o “*status quo feminino*” (HEILBORN, 2004).

Em sua maioria, essas teorizações tomaram como princípio a “lógica da diferença sexual” (SCOTT, 1995), por meio da qual era defendido que a “mulher” construía-se enquanto sujeito, mas “orientada” essencialmente sob condições históricas universais de subordinação, ou seja, “[...] com base na tradição do pensamento moderno, que, por sua vez, opera sua interpretação sobre as posições dos gêneros na sociedade a partir de uma perspectiva oposicional/binária e de caráter universal” (BENTO, 2006, p. 70). Amâncio ressalta que:

[...] ao considerar o sexo um construto a explicar, em vez de factor explicativo, o conceito de gênero correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social, retirando-a do domínio da biologia, e orientava a sua análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo (AMÂNCIO, 2003, p. 687).

No caso do Brasil, o uso do termo “gênero” a partir dessa perspectiva data dos anos de 1970/1980, sendo o principal objetivo estudar a opressão da mulher nas sociedades patriarcais. Grossi (1998) destaca a tese da socióloga Heleieth Saffioti, defendida no final dos anos 60 e intitulada *A mulher na sociedade de classes*, como o demarcador principal do início dessas discussões, além da obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels (1884), consolidando, deste modo, os primeiros estudos feministas no Brasil interligados diretamente ao pensamento marxista, e acrescenta:

Datam deste período inúmeros estudos preocupados com as mulheres em situação de dupla opressão: de classe e de sexo. Nesta época, foi feita uma série de estudos sobre operárias, camponesas, empregadas domésticas, etc., os quais tinham um duplo objetivo: por um lado, mostrar que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras; por outro, eles também compartilhavam da visão de que havia uma mesma opressão de todas as mulheres,

independentemente do lugar que elas ocupavam na produção, pois todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal (GROSSI, 1998, p. 3).

Essas investigações, tanto no Brasil quanto nos países nos quais o movimento feminista da “segunda onda” se consolidava, tornaram-se cada vez mais comuns, levando ao distanciamento e isenção da “neutralidade” científica no fazer acadêmico das teóricas feministas e, conseqüentemente, dando ao conceito de “gênero” um caráter de cunho político (LOURO, 1997). Isso não implica dizer que tais estudos estavam descomprometidos com o rigor teórico e metodológico exigido numa pesquisa científica, ao contrário. A “não neutralidade” corresponde às pretensões de mudanças sociopolíticas no tocante as opressões históricas por meio das quais as mulheres eram submetidas, ou seja, o objetivo não estava limitado a análise da problemática da mulher, mas a transformação do lugar social das mulheres. Pode-se colocar que, como o termo foi constituído enquanto contribuinte das lutas do feminismo e dos movimentos de mulheres, não corresponde nesse momento ao surgimento dos “estudos *“de” gênero*” nas Ciências Humanas e Sociais, mas *“do” gênero*, que nesse caso constitui os “estudos *“da” mulher*”, pois esta foi especificamente o objeto empírico de análise durante todo o período inicial do movimento até meados dos anos 80.

No entanto, os constantes debates em torno do “resgate da feminilidade” começaram a abrir espaço para várias contestações de caráter teórico-metodológico a respeito da noção de “gênero”, pois a estrutura classificatória nas relações de poder estabelecida pela abordagem “feminista da diferença sexual” limitava-se a defender que a dominação nas relações sociais, entre outras, submetia apenas o sexo feminino (SEGATO, 1997).

Scott (1995, p. 78-80) esclarece, por exemplo, que as “teóricas feministas do patriarcado” questionavam a desigualdade entre os homens e as mulheres, porém não demonstravam de que modo às desigualdades de gênero se correlacionam a outras desigualdades sociais. Além disso, a análise sempre esteve baseada na diferença física, a qual era vista como universal e imutável, “mesmo quando levado em consideração a existência de modificações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero”, tornando, com isso, um “significado permanente ou inerente para o corpo humano, fora de uma construção social ou cultural, além de uma noção a-histórica do próprio gênero, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa”.

Já as “teóricas feministas marxistas”, apesar de adotarem uma perspectiva histórica de análise, limitam-se a uma causa material no entendimento constitutivo do “gênero”, ou mais propriamente, das “relações de gênero” e poder. Em virtude disso, “o conceito de gênero geralmente é colocado numa condição de “sub-produto” das estruturas e relações econômicas, não sendo possível compreendê-lo analiticamente como algo independente” (SCOTT, 1995).

Essas proposições passaram a ser consideradas como sendo de caráter essencialista e universal, bem como criticadas por assumirem a posição determinista a respeito da noção de “gênero”, antes exercida pelo paradigma biológico. Conforme Bento (2006, p. 70-71), a busca pela “desnaturalização” do “gênero” não implicou necessariamente, naquele momento, uma “dessencialização”, ao contrário:

[...] à medida que se apontavam os interesses que posicionam a mulher como inferior por uma suposta condição biológica, as posições universalistas reforçaram, em boa conta, a essencialização dos gêneros, uma vez que tendem a cristalizar as identidades em posições fixas [...] Dois corpos diferentes. Dois gêneros e subjetividades diferentes. Essa concepção binária dos gêneros reproduz o pensamento moderno para os sujeitos universais, atribuindo-lhes determinadas características que, supõe-se, sejam compartilhadas por todos. O corpo aqui é pensado como naturalmente dimórfico, como uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, por meio de uma série de significados culturais, assume o gênero [...] O homem, para Beauvoir, representa o sujeito universal; a mulher, por sua vez, seria o outro absoluto. Dessa forma, elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais que se remonte a história, sempre estiveram subordinadas ao homem.

Bento (2006, p.73) não desconsidera a importância dos estudos desenvolvidos, tanto por Simone de Beauvoir quanto pelas teóricas feministas que se inspiraram em suas ideias, pois a visibilidade da mulher enquanto uma categoria analítica universal representava naquele momento a “necessidade política da construção de uma identidade coletiva que se traduziria em conquistas nos espaços públicos”. Contudo, ressalta que a busca pela visibilidade de processos culturais por meio dos quais o sexo feminino está sempre num campo de subordinação, gerou, conseqüentemente, uma invisibilidade do sexo masculino, naturalizando-o, e afirma ainda que: “[...] os perigos ou os limites dessa concepção estão na essencialização das identidades, por um lado, e na vitimização do sujeito mulher, por outro” (op., cit. 2006, p.73).

Essas críticas aos “essencialismos/binarismos” existentes no discurso da “teoria feminista da diferença sexual” ampliaram o debate a respeito do termo “gênero”, surgindo no final da década de 80 outros pressupostos teóricos e metodológicos que defendiam o uso do conceito numa perspectiva mais relacional, ao tratar do processo construtivo das identidades de gênero e as relações de poder que as configuram⁴. O objetivo era revisar e ampliar a discussão para além das dicotomias homem/mulher, sexo/gênero, e, conseqüentemente, destituir a noção essencialista e universalista

atribuída ao termo, possibilitando, deste modo, o uso do conceito na problematização de outras variáveis simbólicas que caracterizam a identidade de gênero de um determinado indivíduo (LAMAS, 2000), ao mesmo tempo em que possibilitou perceber que a própria categoria “mulher” é múltipla em seus contextos e subjetividades. Nesse caso, a análise buscava se deslocar especificamente da história das mulheres para a compreensão da categoria gênero (RAGO, 1998).

Joan Scott (1995) é considerada uma das maiores expoentes da perspectiva relacional no estudo de gênero. Influenciada pela genealogia foucaultiana, sua principal crítica corresponde ao fato de ser a constante preocupação das teóricas feministas da “segunda onda” estabelecer mecanismos teóricos e políticos para a “emancipação” da mulher, limitando este pensamento a uma densa descrição na qual a “mulher” - *neste caso, sinônimo de “gênero”* -, é sempre compreendida como portadora de uma condição histórico-universal de subordinação ao homem. Essa subordinação é vista como decorrendo de uma pré-determinação biológica, expressa na diferença sexual, não permitindo às feministas da “segunda onda” levarem em consideração outros fatores que caracterizam o processo de subjetivação. A proposta de Scott era o uso do conceito a partir de uma perspectiva mais analítica, como ela própria esclarece:

minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

Esse entendimento corresponde ao fato de que não é apenas suficiente descrever a diferença – *homem/mulher = dominante/dominado* - a respeito dos sujeitos, mas compreender discursivamente como essas “diferenças” produzem significados que orientam os processos de subjetivação dos indivíduos e as relações sociais entre as pessoas, de um modo relacional e exclusivamente sociocultural, ou seja:

“Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...] um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens [...] O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, p. 75-76).

LOURO (1997) esclarece que a proposta desta abordagem não é negar qualquer relação no tocante à constituição da identidade de gênero a partir, também, das características biológicas, ao contrário. A pretensão é tentar deixar claras quais as construções sociais e representações históricas que são produzidas – e *reproduzidas* – continuamente sobre estas mesmas características, tornado-as, conseqüentemente, parte do processo histórico constitutivo. Neste aspecto em particular, acrescenta Bento (2006, p. 75):

Para Scott, “gênero” deve ser construído como uma categoria analítica, como um instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de gênero [...] A tarefa desse instrumental analítico seria fazer perguntas que apontassem os processos históricos que se articulam para formar determinadas configurações das relações entre os gêneros, retirando a aparente atemporalidade que estrutura a relação binária e hierárquica como fatos naturais.

Para Bento (2006), a concepção de Scott sobre a categoria “gênero” objetivava enriquecer o aporte analítico a respeito do processo construtivo das identidades de gênero a partir de questões relacionadas com as classes sociais, religiosidades, etnias, nacionalidades, orientações sexuais, entre outras, com o intuito de “desnaturalizar” e “desessencializar” a noção de mulher enquanto categoria universal instituída como vítima e ampliar a análise do campo empírico, retirando do homem a condição apriorística de perpetrador e inimigo. Assim ela descreve o que significou essa fase da crítica:

Este momento representou uma ruptura com um olhar que posicionava a mulher como portadora de uma condição universalmente subordinada, o que gerou, por um lado, uma representação de mulher-vítima e, por outro, do homem-inimigo, dois lados da mesma moeda: o patriarcalismo (BENTO, 2006, p. 74).

Scott (1995) não concordava com o estudo “autônomo” a respeito da “condição feminina”, e defendia que qualquer problematização teórica acerca da mulher inclui necessariamente o homem, sendo o estudo de um a implicação direta do outro. Acrescenta ainda a noção de poder enquanto algo que está diretamente articulado à constituição das identidades de gênero, acreditando ser o caminho possível para compreender as mudanças na organização das relações sociais concomitante às mudanças nas representações do poder. Afirma, no entanto, que nem essas mudanças são constituídas de modo unidirecional, nem o poder deve ser compreendido de maneira unificada, e sim,

[...] como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais” (FOUCAULT, 1980 *apud* SCOTT, 1995, p. 86).

Scott (1995) acreditava que a substituição e, conseqüentemente, a significação atribuída ao uso do termo “gênero” enquanto sinônimo de “mulher” por uma concepção analítico-conceitual de caráter autônomo permitiria um reconhecimento político deste campo de pesquisa e um ajuste terminológico para as investigações científicas desenvolvidas pelas Ciências Humanas e Sociais, que não se manteriam fechadas no exclusivismo das desigualdades sócio-sexuais configuradas num único modelo de relação hegemônica de dominação – *homem/mulher* - e numa concepção de identidade de gênero fixa. Defendia, ainda, que o conceito de gênero numa perspectiva analítico-relacional abriria espaço tanto para o questionamento e constante processo de construção e desconstrução das categorias homem/mulher, masculino/feminino, masculinidade(s)/feminilidade(s) como para a inserção de outras problemáticas e sujeitos que reivindicam o reconhecimento de suas identidades de gênero para além dessas dicotomias.

A perspectiva teórico-relacional no “*estudo “de” gênero*” preza pela valorização das “identidades e diferenças” em contraposição à política igualitarista, atribuindo de algum modo ao sujeito um potencial político na busca dos processos de construção identitária que ocorrem por meio das políticas de “resistência” e busca por reconhecimento social.

Decerto, essas proposições foram importantes para o avanço do entendimento analítico da categoria gênero, porém, pensar as identidades de gênero no campo analítico-relacional apresenta ainda alguns impasses, principalmente quando se trata dos então ditos “outros” sujeitos que reivindicam suas identidades sexuais e de gênero para além da relação dicotômica homem/mulher, a exemplo das homossexualidades.

Diferentemente das teóricas feministas da “segunda onda”, que classificam de modo “limitado” o gênero numa relação binária entre natureza/cultura (HARAWAY, 2004), Scott buscou colocá-lo no campo discursivo, defendendo outros fatores pertencentes à construção das identidades de gênero, como por exemplo, o entendimento das classes sociais, das relações étnicas, das expressões do poder na vida social cotidiana, entre outros, porém, ainda valorizava a ideia de uma natureza como também “pré-determinante” do gênero. Nesse sentido, Bento (2006, p. 74) lança algumas questões a respeito das teses defendidas por Scott:

Ao se propor estudar gênero ancorando-o nas “diferenças percebidas entre os sexos” não se está retirando o conteúdo histórico da construção dos corpos-sexuados? A ideia hegemônica segundo a qual a natureza construiu dois corpos diferentes e o social ajustaria as funções dos gêneros a partir das aptidões não é uma construção datada? Como pensar em dimorfismo, por exemplo, da Renascença, quando o modelo que orientava os olhares sobre os corpos era o isomorfismo? Propor um conceito a partir das “diferenças entre os sexos” não é retornar, por outros caminhos, ao binarismo?

Segundo Bento (2006), o interessante seria que Scott tivesse analisado, naquele momento, os níveis de descrição pelos quais as relações de gênero são construídas e não utilizasse o termo enquanto um instrumento analítico para compreender essa mesma realidade, pois de alguma forma acaba reforçando a estrutura binária e hierarquizada entre os gêneros, tendo em vista que a analítica da “diferença” ainda caminha, também, pelo sexo, e acrescenta:

Talvez o problema resida no fato de que, ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo. Aqui, parece que as concepções relacionais e universais tendem a encontrar-se. A cultura entraria em cena para organizar esse nível pré-social, ou pré-discursivo, para distribuir as atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos sexuados [...] Então, qual a autonomia que uma abordagem como essa reserva à sexualidade? Como entender as práticas de sujeitos que se constroem fora dessa binaridade? (BENTO, 2006, p. 76).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a preocupação de Bento corresponde à questão de que tanto a perspectiva feminista “universalista” quanto à “relacional” no estudo *do/de* gênero não permite, de fato, problematizar a sexualidade, o gênero e os processos de subjetivação fora dessa relação polarizada, como por exemplo, os das sexualidades ditas “divergentes”, nas quais se “encaixam” as homossexualidades⁵. É o surgimento dos estudos *queer* que vai permitir a problematização específica desses sujeitos, tanto no campo subjetivo quanto político, para além das dicotomias natureza/cultura (BENTO, 2006).

Judith Butler (2003), considerada uma das principais “teóricas *queer*”, no estudo das identidades sexuais e de gênero, problematiza as questões em torno do sujeito do feminismo, nesse caso, a “categoria mulher”, buscando desconstruir a “guerra dual” – *sexo/gênero* – por meio da qual foi fundamentada a política feminista, pois acredita que esse posicionamento binário reproduz e sustenta uma prática reguladora que tem como propósito fixar a identidade de

gênero por meio da lógica da heterossexualidade compulsória e normativa. Conforme a autora (2003 p. 17-24):

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada [...] Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade e de anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui.

O principal objetivo de Butler é problematizar o conceito de gênero utilizado pelo discurso feminista por compreender que este não deve ter seu caráter construtivo relacionado convencionalmente como resultado de uma inscrição cultural num corpo sexuado dado previamente. Ou seja, nem o gênero deve estar limitado a algo que é específico da cultura, nem o sexo à natureza, pois ambos são produzidos no *campo discursivo*. Pensar a relação direta entre gênero/cultura e sexo/natureza implica manter-se necessariamente atrelado a essencialismos identitários, principalmente no tocante à questão da identidade de gênero, tendo em vista que a cultura parece tornar-se o destino principal dessa identidade (BUTLER, 2003).

Conforme Butler (2003), a identidade de gênero deve ser compreendida como uma *performance*⁶, aliás, tanto os gêneros quanto os corpos possuem esse caráter *performativo*, como explica:

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem a realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia e pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo, e, assim, institui a integridade do sujeito [...] No lugar da lei da coerência heterossexual, vemos o sexo e o gênero desnaturalizados por meio de uma *performance* que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada. [...] trata-se de uma produção que, com efeito – isto é, em seu efeito –, coloca-se como imitação. [...] No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (BUTLER, 2008, p. 194-197- *grifos da autora*).

Colocar o sexo e o gênero no campo discursivo evidentemente já implica a necessidade da desconstrução de uma história científica e social dos corpos por meio da qual o sujeito foi *dito* (FOUCAULT, 1988) e acaba se reconhecendo como sendo parte dessa “realidade”, derivando-se daí um problema, principalmente quando essa história tem uma conotação patológica e marginalizada. Na realidade, Butler (2003, p. 37) busca esclarecer que “convencionalmente, a discussão sociológica tem buscado compreender a noção de pessoa como uma agência que reivindica prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assume viabilidade e significado sociais”.

É nesse sentido que a teoria *queer*⁷, originada dos Estudos Culturais, surgida nos Estados Unidos e na Inglaterra no final da década de 1980 a partir de uma unificação dos estudos gays e lésbicos (MISKOLCI, 2009; SILVA, 2009; BENTO, 2006), objetivava desenvolver uma análise crítica aos estudos sócio-antropológicos que tinham como foco as questões das minorias sexuais e de gênero, rejeitando, deste modo, a lógica “minorizante” por meio da qual esses estudos concentravam suas análises, pois se defendia que tal perspectiva não permitia um avanço no fim dos determinismos e essencialismos inscritos na relação sexo/gênero.

Ou seja, a teoria *queer* concentra suas análises na radicalização da estabilidade e da fixidez das identidades, principalmente no tocante à noção de sexo e gênero. Para essa abordagem, os jogos de significações sociopolíticas por meio dos quais o termo gênero foi sendo construído pelos feminismos, assim como as significações históricas e sociais com que o próprio sexo também foi analisado já permitiria compreender que tais identidades não possuem uma conotação essencialista, fixa ou natural. Portanto,

segundo na trilha da teorização feminista sobre gênero, a teoria *queer* estende a hipótese da construção social para o domínio da sexualidade. Não são apenas as formas pelas quais aparecemos, pensamos, agimos como homem ou como mulher – nossa identidade de gênero – que são socialmente construídas, mas também as formas pelas quais vivemos nossa sexualidade. Tal como ocorre com a identidade de gênero, a identidade sexual não é definida simplesmente pela biologia. Ela tampouco tem qualquer coisa de fixo, estável, definitivo. A identidade sexual é também dependente da significação que lhe é dada: ela é, tal como a identidade de gênero, uma construção social e cultural (SILVA, 2009, p. 106 – *grifos do autor*).

A principal problematização da teoria *queer* relaciona-se ao caráter de “normalidade” pela qual a heterossexualidade foi produzida na sociedade ocidental, e, em contrapartida, ao caráter de “anormalidade” atribuída à prática das homossexualidades (SILVA, 2009). Ao contrário do que se pensa, a heterossexualidade também foi uma categoria identitária “inventada”, e sua invisibilidade discursiva representa um *dispositivo* (FOUCAULT, 1988) de controle, vigilância e dominação as outras formas de sexualidade, tidas como perversas, desviantes e anormais pelo discurso científico e social.

O caráter patológico atribuído à prática das homossexualidades em contraposição à “normalidade” da heterossexualidade é, na realidade, produção da mesma narrativa da ciência da sexualidade moderna (FOUCAULT, 1988; SPARGO, 2006; WEEKS, 2000). O “outro”, neste caso, o homossexual, é perigoso, mas ao mesmo tempo útil para garantir a fixidez, centralidade e homogeneidade das identidades sexuais e de gênero. A classificação identitária do “outro” é apropriada porque representa a ameaça e o reforça enquanto depositário de todos os males, portador de todas as falhas (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001).

Pensar o gênero como uma identidade construída sócio-culturalmente, em contraposição a uma suposta natureza do sexo, não representa necessariamente destituições de determinismos. Portanto, a proposta da teoria *queer* é que os indivíduos, em suas conexões com a esfera da sexualidade, possam ter a possibilidade de transitar entre os distintos processos de “*identificação*” (HALL, 2005), vivenciando o cruzamento de fronteiras identitárias sexuais e de gênero sem estarem presos aos significados histórico-discursivos atribuídos tanto ao corpo quanto ao gênero.

Algumas considerações

As discussões apresentadas neste artigo não objetivam demarcar um quadro analítico exclusivo para a compreensão das relações de gênero e sexualidade nas Ciências Humanas e Sociais, ao contrário. Mesmo não tendo como proposta a constituição de uma síntese teórica, acredita-se que o resgate dos contextos sociopolíticos, culturais e ideológicos que condicionaram a constituição de conceitos, teorias e métodos, sobretudo por meio das mobilizações feministas, emergem pressupostos para a construção de um pensamento de negação às formas essencialistas de identidades sexuais e de gênero, tanto em nossas relações sociais cotidianas como em nossa prática pedagógica.

A luta por mudanças na forma discriminatória e violenta pela qual as mulheres eram – e, *infelizmente, ainda são* – tratadas foi exatamente o que possibilitou a consolidação de um campo de estudos e pesquisas das relações de gênero e sexualidade nas Ciências Humanas e Sociais, independente se estas teorias transitaram ou não pela (re)produção de posicionamentos essencialistas na constituição de suas categorias analíticas. O mais significativo neste processo é que essas práticas políticas permitiram transformações importantes no campo dos direitos humanos, gerando visibilidade e, principalmente, retirando vários indivíduos e grupos sociais da marginalização estrutural a qual eram submetidos.

Uma proposta para pensarmos e discutirmos as questões relacionadas ao campo da sexualidade é considerarmos as “identidades” não como uma realidade empiricamente embasada, tendo em vista que estas são construídas a partir do modo pelo qual o sujeito é confrontado no mundo social, ou seja, pelas relações de poder que hierarquizam e determinam os processos de subjetivação, demarcando aquilo que deve ser considerado “normal” em nossas condutas e práticas cotidianas.

Precisamos encarar a responsabilidade de problematizar os paradigmas que nos são impostos como estilos de vida lógicos e naturais, e compreendermos que os preconceitos e violências existentes em decorrência de “vivências opostas”, tidas como “anormais”, é um problema de todos. Na realidade, normalidade pressupõe o tratamento igualitário de todos os projetos de identificação e subjetivação sexual.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, v. XXXVIII (168), p.687-714, 2003. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2010.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006. 251 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1967. 499 p. Tradução de Sérgio Milliet.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 240 p. Tradução de Renato Aguiar.
- BRYM, Robert et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2008. 610 p.
- COLLING, Leandro. **Teoria Queer** (Dicionário – verbetes), 2007.
- COSTA, Cláudia de Lima. Paradoxos do Gênero. **Revista Gênero**, Niterói, v. 4, n. 1, p.169-177, 2003. Disponível em:

- <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-105110costa.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos Movimentos Sociais. In: XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), 310, 2001, São Paulo. **Série Antropologia**. São Paulo: UNB, 2001. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie310empdf.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2009.
- DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001. p. 302. Jorge Larrosa, Carlos Skliar (orgs).
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 155 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis - SC, p.1-18, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Dp&a, 2005. 102 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 22, p.201-246, 2004. Tradução Mariza Corrêa. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 217 p.
- LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**, São Paulo, n. 84/85, p.12-25, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997. 179 p.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero?: Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 16, n. 2, p.333-357, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2009.
- MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, Florianópolis/SC, v. 6, n. 2, p.181-202, 2006. Tradução Leila de Souza Mendes Pereira. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-015635mill.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p.150-182, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Amaral. **Masculino e feminino: uma dualidade obrigatória ?**: De The Subjection of Women de Stuart Mill a Herland de Charlotte Perkins Gilman. 2000. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Anglo-americanos, Departamento de Faculdade e Letras, Universidade do Porto, Porto, 2000.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014791004>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- NOGUEIRA, Conceição. **Um olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 265 p.
- RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 11, p.89-98, 1998. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu11.08.pdf>>. Acesso em: 17 jun.2010.
- SAFFIOTI, Heleieth I B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 12, p.157-163, 1999. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Sociedade/Primordios_do_Conceito_de_Genero.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2008.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 24 mar. 2009.
- SEGATO, Rita Laura. Os Percursos do Gênero Na Antropologia e Para Além Dela. **Sociedade e Estado (Volume dedicado a Feminismos e Gênero)**, Brasília, v. XII, n.2, p. 235-262, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009. 156 p.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p.1137-1157, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: UFJF, 2006. 69 p. (Coleção Encontros pós-modernos). Tradução de Vladimir Freire.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-83. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva.

1- Weeks (1993) *apud* Bento (2006, p. 77) afirma que a maioria das feministas pertencentes a primeira onda, na realidade, enfatizava sua respeitabilidade sexual. Ou seja, os conflitos não correspondiam aos papéis identitários atribuídos socialmente ao sexo feminino, mas a negação de direitos por conta disso.

2 - Nas palavras da autora: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada” (BEUAVOIR, 1967, p. 9 – *grifos da autora*).

3 - Nos Estados Unidos, o movimento feminista teve como influência para suas lutas a obra “*A mística feminina*”, de Betty Friedan, publicado em 1963, e a organização do NOW – National Organization of Women, em 1966. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, “*O segundo Sexo*”, publicado em 1949, foi um dos principais responsáveis pelo ressurgimento do movimento feminista francês (PEDRO, 2005).

4 - Costa (2003, p. 171) destaca que essas contradições ganharam dimensão principalmente por parte das feministas não brancas e das lésbicas, que problematizavam no campo teórico e político a noção por meio da qual o conceito era tratado, entendendo, conseqüentemente que o racismo e o heterossexismo estavam implícitos na própria categoria.

5 - Além disso, no campo sociopolítico e nas lutas por “auto-reconhecimento” os movimentos feministas da primeira e segunda onda acabaram, por vezes, reproduzindo o discurso heteronormativo - sexista, não aceitando como parte de suas mobilizações a presença de grupos homossexuais, por exemplo, as lésbicas.

6 - Colling (2007, p. 1) explica que a teoria da performatividade de Butler “tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada, cria sujeitos que são o resultado destas repetições. Assim, quem ousa se comportar fora destas normas que, quase sempre, encarnam determinados ideais de masculinidade e feminilidade ligados com uma união heterossexual, acaba sofrendo sérias conseqüências”.

7 - De acordo com Silva (2009, p. 105), “historicamente, o termo *queer* tem sido utilizado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais, sobretudo do sexo masculino. Mas o termo significa, também, de forma não necessariamente relacionada às suas conotações sexuais, “estranho”, “esquisito”, “incomum”, “fora do comum”, “fora do normal”, “excêntrico”. O movimento homossexual, numa reação à histórica conotação negativa do termo, recupera-o, então, como uma forma positiva de autoidentificação. Além disso, aproveitando-se do outro significado, o de “estranho”, o termo *queer* funciona como uma declaração política de que o objetivo da teoria *queer* é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. Através da identidade cultural e social. Através da “estranheza”, quer-se perturbar a tranquilidade da “normalidade””.

Sérgio Lima dos Santos. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Professor efetivo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe. Email: souslima@hotmail.com

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 20/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: